

ÍNDICE

I. Introdução	13
II. Fontes do regime jurídico do acompanhamento de maiores	15
a) O conceito de »vulnerabilidade« como princípio radical e enformador	15
b) Modelos de proteção da vulnerabilidade	17
c) Fontes internacionais e princípios estruturantes	19
III. Os princípios estruturantes em pormenor	29
a) Princípios gerais	29
b) Princípios procedimentais	37
c) Princípios ligados aos acompanhantes	41
d) Princípios ligados ao campo da saúde	44
IV. Direito comparado	47
V. O regime substantivo dos maiores acompanhados	51
a) Os pressupostos do acompanhamento de maiores	51
a.1) Causas: razões de saúde, deficiência e comportamento	51

a.2) O consumo de bebidas alcoólicas, estupefacientes ou medicamentos e prodigalidade como fundamentos de acompanhamento	67
a.3) Consequência: a incapacidade de gerir a sua pessoa	74
b) O conteúdo do acompanhamento: as medidas de acompanhamento em particular	79
b.1) Algumas medidas de acompanhamento em particular	91
b.1.1) Exercício das responsabilidades parentais ou dos meios de as suprir, conforme as circunstâncias	92
b.1.2) Representação geral ou representação especial com indicação expressa, neste caso, das categorias de atos para que seja necessária	93
b.1.3) Administração total ou parcial de bens	110
b.1.4) Autorização prévia para a prática de determinados actos ou categorias de actos	114
b.1.5) Cláusula geral discricionária	123
b.1.6) Os cuidados de saúde no acompanhamento de maiores	126
b.2) Actos subordinados a uma autorização judicial	134
b.3) Restrição ao exercício de direitos pessoais	137
b.3.1) Pressupostos gerais	137
b.3.2) Dúvidas de constitucionalidade (art 18º, n.º 2 da CRP)	144
c) O mandato com vista ao acompanhamento (art 156º do Cód Civil)	148
d) O acompanhante	152
d.1) A escolha do acompanhante	153
d.2) Os deveres fiduciários do acompanhante	177
d.3) A responsabilidade do acompanhante	181
d.4) A exoneração do acompanhante	186
e) O valor jurídico dos actos do acompanhado	189
f) Aplicação da lei no tempo	199
VI. O regime processual dos maiores acompanhados	203
a) O processo especial de acompanhamento de maiores	203

a.1) Características gerais	203
a.2) Princípios enformadores	206
b) Início do processo	210
b.1) Legitimidade ad causam: activa e passiva	210
b.1.1) Legitimidade activa: em particular o suprimento do consentimento	210
b.1.2) Legitimidade passiva	220
b.1.3) Acção iniciada durante a menoridade do beneficiário: art 142º do Cód Civil;	222
b.1.4) Patrocínio judiciário obrigatório: art 40º, n.º 1, al. a) do Cód de Proc Civil	222
b.2) Articulados: requisitos	223
b.3) Publicidade do processo: arts 893º e 894º do Cód de Proc Civil	228
b.4) Citação do requerido	231
c) Instrução do processo	233
c.1) Pré-saneamento	233
c.2) Poderes instrutórios do Juiz	233
c.3) Meios de prova em particular	236
c.3.1) Os relatórios periciais e os exames em clínica especializada	237
c.3.2) A audição pessoal e directa do beneficiário	243
d) Decisão final	258
d.1) Decisão final de acompanhamento	258
d.2) Comunicações e publicações	260
d.3) Recursos	261
e) Vicissitudes	262
e.1) Intervenção de terceiros	262
e.2) Relacionamento dos bens do beneficiário	264
e.3) Termo ou alteração do acompanhamento	264
e.4) Extinção da instância	265
e.5) Capacidade judiciária do maior acompanhado	266

VII. Índice de Jurisprudência nacional consultada	269
--	-----

VIII. Bibliografia	275
---------------------------	-----